

Andréa Ana do Nascimento¹

Teresa Schneider Marques²

Violência e Sociedade: novas perspectivas

A Revista Conversas e Controvérsias apresenta nessa edição o Dossiê “Violência e Sociedade: novas perspectivas”.

A violência faz parte das dinâmicas sociais e pode assumir formas e expressões muito variadas que atravessam todos os grupos sociais. Ela pode ser protagonizada individual ou coletivamente e no espaço público ou privado. As categorias de análise da violência agregam fatores multidisciplinares na tentativa de promover debates e ações que expliquem ou minimizem os efeitos da violência na contemporaneidade. Os trabalhos seminais sobre violência de Adorno (1995) de Silva (2004) com o desenvolvimento do conceito de sociabilidade violenta e de Misse (1999) com as problematizações sobre o conceito de bandido, da acumulação social da violência e da sujeição criminal influenciaram e seguem influenciando uma geração de pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática de pesquisa.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016), atualmente o Brasil tem uma taxa de assassinatos que se aproxima de 30 pessoas por cada 100 mil habitantes, totalizando quase 60 mil assassinatos por ano. Por outro lado, os estudos indicam que o perfil mais vitimado é jovem, negro e morador de regiões menos favorecidas social e economicamente. A média de esclarecimentos desses crimes não supera sequer os 8% e soma-se ao fato de termos hoje a quarta população carcerária do mundo, segundo dados do Mapa do Encarceramento (2015), onde prevalecem condições de aprisionamento extremamente precárias e com domínio de facções criminosas em total desacordo com as normas legais que regem a política penal.

Num momento político, econômico e social em que testemunhamos várias mudanças de impacto ainda incerto na Democracia Brasileira, o debate sobre a violência e as suas facetas se faz muito necessário. Especialmente considerando os eventos recentes na esfera prisional que resultaram na morte de detentos nos massacres ocorridos no Amazonas e em Roraima em janeiro de 2017, retomando o debate sobre a questão criminal no Brasil. Esses eventos demonstram o quanto

¹ Doutora em Sociologia. Professora Colaboradora e pós – doutoranda (PNDP/CAPES) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PPGCS/PUCRS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC). Pesquisadora do INCT de Violência, Democracia e Segurança Cidadã.

² Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral em Relações Internacionais no Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po). Tem experiência nas áreas de Ciência Política e História das Relações internacionais. Atua principalmente nos seguintes temas: militância política, transnacionalismo, migrações forçadas e análise comparada de regimes políticos.

as políticas criminais brasileiras são frágeis e como o Estado tem se mostrado omissivo e permissivo no controle das instituições penais e de outros espaços por facções criminosas.

A violência faz parte das dinâmicas sociais e pode assumir formas e expressões muito variadas que atravessam todos os grupos sociais. Ela pode ser protagonizada individual ou coletivamente e no espaço público ou privado. As categorias de análise da violência agregam fatores multidisciplinares na tentativa de promover debates e ações que expliquem ou minimizem os efeitos da violência na contemporaneidade.

Cabe recordar dos lamentáveis casos de estupro coletivo ocorridos no Piauí e Rio de Janeiro em 2016 e no Distrito Federal em 2017. Eles reforçam a necessidade de se discutir os casos de violência contra mulher trazendo para o debate público um fenômeno crescente e que a sociedade e as autoridades brasileiras têm que enfrentar. Com todos os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, muitas mulheres ainda enfrentam abusos cotidianos seja no âmbito familiar, seja no espaço público. A violência contra mulher é um fenômeno que precisa ganhar mais visibilidade e que precisa ser confrontado de forma mais efetiva pelas nossas instituições policiais e sociais.

A violência mostra outra faceta no ambiente escolar seja de maneira simbólica, segregando determinados públicos e demarcando posições desiguais, seja de forma palpável através da disseminação de práticas como o Bullying, da presença de tráfico de drogas e de outras disputas concernentes ao ambiente escolar. Segundo Njanie e Minayo (2003), a violência no ambiente escolar possui diversos significados que podem e devem ser mediados através de ações que envolvam a escola e a família.

Os movimentos sociais também tem se destacado como elementos passíveis de sofrer com a violência especialmente aquela praticada pelo Estado. Os eventos ocorridos no Paraná e no Rio Grande do Sul em 2016, onde os respectivos governos estaduais reprimiram de forma bastante violenta os funcionários públicos que reivindicavam seus direitos à previdência social e aos salários pagos em dia demonstra que há uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais. Tentativas essas que, conforme aponta Sanson (2008), não são nenhuma novidade, já que historicamente, desde o golpe militar até os dias atuais, o Estado usa seu aparato de força contra os movimentos mais diversos, desde o movimento estudantil até os movimentos que lutam por moradia, terra e trabalho.

Nesta edição da revista, contamos com cinco artigos inéditos e uma resenha. O primeiro artigo escrito por Marcelli Cipriani e intitulado: *“Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as “facções criminais” diante do espaço urbano”* faz uma análise muito produtiva sobre a relação entre as facções criminosas e o espaço social. A segregação social imposta

pelas condições socioeconômicas desiguais a determinados grupos sociais e a relação desses fatores com a segregação espacial dá origem a territórios onde a criminalidade pode ser vivenciada e articulada através de facções criminosas.

Marlene Spaniol nos prestigia com um debate sobre a violência e suas implicações para a consolidação da democracia brasileira no artigo: *“Violência versus exercício da segurança pública em democracia no Brasil: um desafio a ser enfrentado”*. Através da análise bibliográfica e dos dados quantitativos produzidos sobre violência, ela retrata os muitos desafios que ainda temos de superar nessa seara.

No artigo de Beatris Possato com o título *“Algumas conceituações sobre as violências escolares”* encontramos um debate bem atual sobre a violência no espaço escolar. A autora faz um percurso sobre as produções acadêmicas que discutem esse assunto, demonstrando que a escola pode ser, ao mesmo tempo, vítima e algoz quando o assunto é violência. A escola é uma instituição passível se sofrer violência e de fato sofre, especialmente pela negligência do Estado em relação a esses espaços, mas também pode reproduzi-la através de práticas que favorecerem a intolerância e a exclusão social.

O quarto artigo que apresentamos nesse volume trata da questão dos movimentos sociais e sua articulação política. Naida Menezes, no texto *“Movimentos sociais e as especificidades do movimento de lutas nos bairros vilas e favelas”*, faz um resgate histórico dos movimentos sociais que lutam pela questão da moradia no Brasil. Pouco a pouco, a autora vai nos direcionando para a discussão da articulação entre partidos de esquerda e esses movimentos sociais, utilizando movimentos sociais comunitários de Porto Alegre como estudo de caso.

O último artigo foi escrito por Suelen Gonçalves e se intitula: *“Morte violenta de mulheres: uma análise acerca das ocorrências de feminicídios na cidade de Santa Maria/RS”*. Nele a autora se debruça sobre a questão da violência de gênero, mas especificamente os casos que resultam em morte conhecidos como feminicídios. Para confecção do texto, a autora faz um breve debate sobre o conceito de gênero e violência e finaliza trazendo dados empíricos da pesquisa que realizou na cidade de Santa Maria/RS.

E finalmente, nessa edição contamos com uma resenha do livro *“Advocacy coalitions and democratizing media reforms in Latin America – whose voice gets on the air”* de Christof Mauersberger. A resenha foi escrita por Virgínia Caetano Baumhardt intitulando-se: *“Regulação dos meios de comunicação na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”*.

Terminamos a apresentação desse volume, agradecendo a toda equipe editorial da Revista, em especial a André Dirceu e Karina Schuh Reif que fizeram um belo trabalho nessa edição.

Desejamos que todos os leitores da Revista Conversas e Controvérsias se deleitem com os textos e esperamos que a cada dia possamos consolidar nosso periódico como um espaço aberto aos discentes que queiram divulgar seus trabalhos.

Boa leitura!

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **A segurança pública em números**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, v. 9, p. 11-19, 2015 (4 dez. 2016).

ADORNO, Sérgio. Violência, Ficção e Realidade. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995, v. p. 181-188.

SILVA, Luis Antonio Machado da. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SANSON, Cesar. **Criminalización y derechos humanos [O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil]**. Año IX N° 24 OSAL - Octubre de 2008. p.197-200.

NJAINÉ, Kathie & MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência na escola: identificando pistas para a Prevenção**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.7, n.13, p.119-34, ago 2003